

# Norma Regulamentadora Nº 32 –

## (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde)

No dia 16 de novembro de 2005 foi publicada a Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2.005, do Ministério do Trabalho e Emprego. Tal portaria aprovou a Norma Regulamentadora nº 32, que cuida da Segurança no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde (hospitais, clínicas, laboratórios, etc.).

Essa NR estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, que até então não existiam de forma específica.

Dentre os diversos itens da referida NR, destacamos o de nº 32.4, que trata DAS RADIAÇÕES IONIZANTES.

Esse tópico, de interesse da classe, inicia-se com uma advertência: os empregadores continuam obrigados a respeitar as regras estabelecidas pelas normas específicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde.

Após essa observação, seguem os itens 32.4.1 a 32.4.16.2 estabelecendo diversas obrigações para os empregadores, que terão prazos variáveis para o seu cumprimento: de cinco a onze meses. A grande maioria dos itens deverá ser obedecida no prazo mais curto (cinco meses).

Como a Portaria foi publicada no mês de novembro de 2.005, os primeiros prazos estarão vencendo já em abril de 2.006. Por isso, se faz necessária uma corrida contra o tempo, pois o descumprimento da NR poderá gerar, em tese, autuações por parte dos fiscais do trabalho.

“Em tese”, porque, tratando-se de uma nova regulamentação, pode ser que os órgãos responsáveis pela aplicação e fiscalização da NR venham, na proximidade dos vencimentos dos primeiros prazos, a dilatá-los, tendo em vista a quantidades de itens que precisam ser satisfeitos.

Além da questão trabalhista propriamente dita, ou seja, aquela relacionada à segurança e medicina do trabalho, o descumprimento da NR também poderá gerar problemas relacionados com a responsabilidade civil, principalmente com o avanço da “teoria da responsabilidade objetiva”, que está prevista no parágrafo único, do artigo 927, do Código Civil Brasileiro, que preceitua:

“Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Nessa linha de raciocínio, citamos, como exemplo, o disposto no item 32.4.5.3 da NR-32 que diz: “Na ocorrência ou suspeita de exposição acidental, os dosímetros devem ser encaminhados para leitura no prazo máximo de 24 horas”.

Note-se bem o que diz o item: basta a mera suspeita para que os dosímetros sejam encaminhados no prazo de 24 horas para a leitura. Destarte, os empregadores terão que tomar enorme cuidado para cumprir todas as exigências.

Na dúvida, aconselhamos que todos procurem cumprir as exigências dentro dos prazos legais, pois não é certa a sua dilação.

Mãos à obra!

Transcrevemos abaixo a parte da NR-32 que trata “DAS RADIAÇÕES IONIZANTES” E DA “MEDICINA NUCLEAR”, esclarecendo que os itens 32.4.5.6, 32.4.6, alíneas “c”, “d” e “e”, 32.4.14.2.4, devem ser cumpridos no prazo de onze meses. Todos os demais no prazo de cinco meses.

### 32.4 DAS RADIAÇÕES IONIZANTES

**32.4.1** O atendimento das exigências desta NR, com relação às radiações ionizantes, não desobriga o empregador de observar as disposições estabelecidas pelas normas específicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde.

**32.4.2** É obrigatório manter no local de trabalho e à disposição da inspeção do trabalho o Plano de Proteção Radiológica – PPR, aprovado pela CNEN, e para os serviços de radiodiagnóstico aprovado pela Vigilância Sanitária.

**32.4.2.1** O Plano de Proteção Radiológica deve:

- a) estar dentro do prazo de vigência;
- b) identificar o profissional responsável e seu substituto eventual como membros efetivos da equipe de trabalho do serviço;
- c) fazer parte do PPRA do estabelecimento;
- d) ser considerado na elaboração e implementação do PCMSO;
- e) ser apresentado na CIPA, quando existente na empresa, sendo sua cópia anexada às atas desta comissão.